



Energia Eólica Clipping

22 de junho de 2009 – Segunda-Feira – N# 148

Clipping Energia Eólica tem o objetivo de reunir dados e informações relevantes ao setor de energia eólica, transformando-os em conhecimento, contextualizando-os e disponibilizando-os para a prática de Inteligência Competitiva nas empresas.

A fala de um ministro eólico

Marcelo Hollanda – Tribuna do Norte – Natal / RN – 21/06/2009

Martifer reforça posição na Ventinve e ultrapassa a Galp Energia

Portugal Digital – Lisboa / PT – 20/06/2009

Leilão deve baixar preço da energia eólica em novembro

Diário do Nordeste – Fortaleza / CE – 20/06/2009

Vale pode ser majoritária na siderúrgica do Pecém

O Povo Online – Fortaleza / CE – 20/06/2009

Minc defende incentivo à energia eólica

Carlos Rangel – Portal Terra – 19/06/2009

Portaria restritiva terá reajuste

Egídio Serpa – Diário do Nordeste – Fortaleza / CE – 19/06/2009

Governo pode isentar de IPI compra de equipamentos

Tribuna do Norte – Natal / RN – 19/06/2009

Energia: é preciso números mais realistas

Agência Estado – 19/06/2009

Multiner investe no maior parque eólico do país

Portal Fator Brasil – 19/06/2009

Camex inclui três itens na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum

Export News – 18/06/2009

Compromisso para energia eólica

Portal Energia Hoje – 18/06/2009

Ninguém quis sair da Tractebel

N. Priori – Monitor Mercantil Digital – 18/06/2009

Secretários de Estados de Energia assinam carta para promover energia eólica no país

Ramona Ordoñez – O Globo – Rio de Janeiro / RJ – 18/06/2009

A fala de um ministro eólico

Marcelo Hollanda – Tribuna do Norte – Natal / RN – 21/06/2009

Carlos Minc, do Meio Ambiente, não é um Ministro como os outros. O terno dele é um colete, o sapato um tênis e seu desembaraço uma espécie de momento de descontração que não termina nunca. É uma homem show da ecologia.

Ele passou a noite da última quarta para quinta-feira em Natal com a missão de participar da abertura do Fórum Nacional Eólico. Dormiu no hotel da Via Costeira onde foi realizado o evento. Às 8 da manhã foi nadar nas águas pouco amistosas daquele trecho. Deve ter passado um bom tempo por lá, pois apareceu às 10h30m sem ter tomado o café da manhã.

“Preciso carregar as baterias”, avisou aos jornalistas que o aguardavam como a estrela maior do dia. Foi ao restaurante, escolheu algumas frutas, pãezinhos e sozinho preparou a exposição da figura.

A governadora Wilma de Faria, anfitriã do evento, esperou por 10 minutos para cumprimentá-lo. “Não queria atrapalhar sua entrevista, Ministro”, disse afavelmente. “Governadora, você está eco-chique!” - disse Minc com um abraço apertado. Ela usava um terninho bege. A entrevista terminava aí.

Carlos Minc esperou a primeira pergunta e respondeu a todas que não ouviu. Ligou o motor e acelerou. Com o sotaque arrastado, falou sobre energia eólica de uma vez só. E aproveitou para ironizar a todos que com suas flechas “carvoeiras e oleosas” querem atingir seu coração”.

A seguir, a íntegra da entrevista de Carlos Minc.

A terra do sol

“O Brasil é a terra do sol, a terra dos ventos, a terra a biomassa. A nossa matriz nos últimos anos tem ficado mais suja e mais cara por causa das térmicas a carvão e das térmicas a óleo.

Nós tomamos uma medida corajosa e única no mundo: obrigamos essas térmicas a carvão e a óleo mitigarem todas as suas emissões de CO2. Elas vão plantar milhões de árvores e, é claro, isso vai aumentar o custo relativo, mas nós temos que ter boas hidrelétricas, sobretudo temos que ter muita energia eólica.

Eu estive em Portugal, que é um país do tamanho do Rio de Janeiro, e encontrei lá quatro vezes mais energia eólica do que no Brasil. Uma coisas dessas não tem nem pé, nem cabeça. Nós temos que entender porque estamos tão atrasados.

Não podemos perder o vento da história. Como fazer?

Primeiro, tornar o equipamento eólico mais barato. O ministro Guido Mantega me prometeu que vai cortar o IPI dos equipamentos de energia eólica. Segundo: tem que ter leilão todo o ano. Mas não é leilão de mil megawatts – é de 2 a 3 mil megawatts para formar um parque eólico nacional.

Enquanto não se formar um parque, não se pode exigir um nível de nacionalização muito alto. Isso é completamente errado. Eu investiguei nos países que tem muita energia eólica – EUA, Alemanha, China, Espanha – eles começaram baixinho e foram aumento o nível de nacionalização de seus parques na medida em que eles foram aumentando.

Licenciamento

Nós temos que ter um licenciamento mais rápido. Nós, do Ibama, vamos correr para fazer um licenciamento mais rápido para a energia eólica off shore. O Ceará quer, o Espírito Santo quer e muitos estados querem.

Nós temos a oportunidade de criar muitos empregos com uma energia de baixo impacto. O Brasil não tinha plano, não tinha metas, não tinha Fundo Amazônia e vivia levando pancada em tudo que era fórum internacional. Hoje, nós temos plano, nós temos metas, nós temos Fundo Amazônia e somos elogiados pelo Ban Ki-moon, que é o secretário geral da ONU, e pelo Al Gore, que é o Al Gore.

Agora, não basta ter um plano, é preciso fazer o cumpra-se desse plano. E para isso precisamos ter boas hidrelétricas e, sobretudo, muita energia eólica.

Sobre o Fórum

Eu acho esse encontro importante, organizado por tantos secretários estaduais de meio ambiente. E a Carta dos Ventos é um exemplo. Começamos com um nome poético. São 10 medidas muito grandes para alavancar a energia eólica do Brasil.

Nós podemos ter 20, 30, 50 mil megawatts. Nós vamos fazer a maior hidrelétrica de todas, em Belo Monte, no Pará. Serão 11 mil megawatts. O potencial brasileiro de energia elétrica são cinco, seis, oito Belo Monte. Só que não inunda a terra de índio, não inunda a Amazônia, a onça não tem que fugir para o outro lado, não é preciso mais ficar discutindo com os ribeirinhos e o Ministério Público.

Guerra ecológica

Cada usina hidrelétrica é uma guerra. Nós estamos começando esse processo agora por bacias hidrográficas para simplificar. Por isso mesmo, não acontecerão os projetos hidrelétricos como o do Araguaia e sim aqueles mais encaixados, como o do Tocantins. A tendência é fazer como as plataformas de petróleo, sem a necessidade de criar cidades ou estradas – você vai lá, constrói, liga na rede e não precisa mais de cinco pessoas para tocar.

A energia eólica parte de um conceito mais qualitativo. O Brasil precisa ter um papel preponderante em Copenhague no mês de dezembro, defendendo as posições brasileiras sobre as mudanças climáticas. Quando mais se reduz o desmatamento da Amazônia, quanto mais se aposta em energias alternativas, descarbonizada, com maior aproveitamento da biomassa, que gera pouco calor para não aumentar a febre do planeta, a mesma febre que derrete as geleiras e aumenta o nível do mar - mais moral teremos nos grandes fóruns internacionais. Mais teremos protagonismo, uma voz ativa nas resoluções de Copenhague.

Complemento da eólica

Eu atribuo a essa reunião de Natal, da Carta dos Ventos, uma virada histórica. O Brasil que, até hoje, desprezou a energia eólica, neste momento, neste lugar, abençoado por estas praias maravilhosas nas quais já tive oportunidade de nadar por dois km esta manhã, para me fortalecer com a energia renovável das marés, acho que hoje e aqui vai ser o dia da virada. Vai ser o dia que a energia eólica deixará de ser o patinho feio, deixará de ser o secundário ou aquilo que certas pessoas falam para ser ser avançadinho para ser uma alternativa.

Nós sabemos que energia eólica é complementar. No caso do Nordeste, eólica e elétrica são o complemento perfeito. Um casamento perfeito. Mas para isso acontecer várias medidas precisam ser tomadas. E a reunião de hoje é para dizer aos governantes municipais, estaduais e federais quais são essas medidas que farão com que a energia eólica vire uma alternativa complementar, real e efetiva, com um custo mais baixo e uma efetividade maior. E com ligações à rede de distribuição – que é um dos fatores que encarece. Enfim, criar parques eólicos, mobilizar nossa área de ciência e tecnologia investindo em localidades onde se possa implantar tecnologia de última geração em matéria de energia eólica. Isso é importante. Não os cataventos do passado – aqueles contra os quais Dom Quixote investia com o seu rocante e a sua lança. Mas as modernas turbinas eólicas computadorizadas de 2, 2,5 megawatts, que são uma alternativa competitiva.

Exemplo externo

Nos EUA, a energia eólica é competitiva sem subsídios. E não faz sentido o Brasil, a terra dos ventos e do sol, investir em térmicas a óleo e a carvão. E hoje, aqui em Natal, é o dia da virada. E a legislação deve ser modificada para ajudar nesse processo. O licenciamento deve ser mais simples e rápido, sobretudo no caso da eólica off shore. Deve-se quebrar os custos elevados da eólica. Criar um planejamento de rede onde coincida o mapa da incidência dos ventos com as linhas interligadas das redes de distribuição do Brasil. E fazer com que as outras energias mais sujas, mais poluentes, incorporem o custo da sua poluição.

Quando nós dissemos agora que as térmicas à óleo e a carvão vão ter que mitigar todas as suas emissões, as pressões sobre mim aumentaram. Os carvoeiros e os oleosos estão dirigindo farpas e flechas traiçoeiras contra o meu coração. Mas isso não mudará: eles devem arcar com os prejuízos que eles jogam sobre as costas da saúde e das autoridades.

Leilões anuais

No final do ano, teremos um leilão de mil megawatts. Nós temos que ter leilões todo o ano. E para formar um parque eólico, precisamos ter leilões de no mínimo 3 mil megawatts por ano. Eu diria que esse leilão

de mil megas do fim do ano será apenas um aperitivo, uma azeitoninha no Martini. Agora, será insuficiente. Um leilão de mil mega não cria um parque eólico.

Hoje, um equipamento de energia solar paga 18% de IPI e um chuveiro elétrico paga 0%. Tem alguma coisa errada. Nós temos um plano de clima, que o presidente Lula assinou em dezembro, e agora nós temos que fazer um cumpra-se nesse plano de clima.

Este ano, o desmatamento da Amazônia será o menor dos últimos 20 anos, graças ao combate à impunidade, do corte ao crédito dos desmatadores. É preciso bater no criminoso ambiental, sobretudo nos pecuaristas que estão destruindo a Amazônia e, por outro lado, dar alternativa para que a população viva com dignidade, sem destruir o bioma.

Questão cultural

No Brasil, não há ainda uma grande cultura para eólica. As pessoas acham que é caro, que é residual, enquanto países como a Dinamarca e a Noruega, de 20 a 30% da geração de energia é eólica. Portugal tem hoje 4.800 mega, enquanto o Brasil tem 1.500 mega de geração. Não é possível uma coisa dessas. Então, eu acho que as mentalidades tem que mudar. E isso é difícil, porque há um neoconservadorismo muito grande. Tem gente que acha que a energia eólica vai matar os pássaros, quebra, é cara, não funciona. Isso, enquanto EUA, China, Alemanha, Espanha estão dando grandes saltos em matéria de energia eólica. E muita gente se esquece que o Brasil já tem um plano clima, com metas para a redução das emissões.

O setor privado está doido para fazer investimentos. O problema é que licenciamento breca; governo não faz leilão; imposto é caro; não liga na rede. E aí tantos investidores como as universidades ficam sem saber se vão apostar as fichas nisso”.

Investimentos

Martifer reforça posição na Ventinveste e ultrapassa a Galp Energia

Portugal Digital – Lisboa / PT – 20/06/2009

Martifer, que tem já projetos de energia eólica no Brasil, assumiu uma participação superior a 50% na Ventinveste, onde a Galp controla 34%.

A Martifer, empresa da região Norte de Portugal que já tem projetos de energia eólica para o mercado brasileiro, tornou-se o maior acionista do consórcio Ventinveste, ultrapassando a participação de líder da Galp Energia. A Martifer anunciou esta sexta-feira um acordo que lhe permite reforçar a sua posição na Ventinveste de 30% para 56,6%.

A Ventinveste é uma empresa que desenvolve e gere vários parques eólicos em Portugal. Em 2007 este consórcio assinou um contrato com o Estado português para a promoção, construção e exploração de um conjunto de parques eólicos para um total de 400 megawatts (MW) de potência.

A Martifer fez um acordo com a Enersis, um dos acionistas, para a compra da PEPG - Parque Eólico Penha da Gardunha, empresa que, por sua vez, controla 25% do capital da Ventinveste. Esta aquisição custará à Martifer 7,5 milhões de euros.

"Após a conclusão da transação, o grupo Martifer passará a deter uma participação de 56,6% do capital social da Ventinveste", informou a Martifer em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

A Galp, que detém 34% da Ventinveste, deixa, assim, de ser o maior acionista. A Efacec é outro acionista, mas a sua posição não vai além dos 2%.

Leilão

Leilão deve baixar preço da energia eólica em novembro

Diário do Nordeste – Fortaleza / CE – 20/06/2009

O primeiro leilão de energia eólica em novembro pode torná-la mais barata. O custo é o principal ponto negativo

Considerada pelo governo uma das alternativas mais viáveis, sustentáveis e ambientalmente limpas, a energia eólica pode ficar mais barata. É o que diz o Ministério de Minas e Energia, que vai realizar o primeiro leilão desse tipo de energia em novembro. O preço ainda é visto como o principal ponto negativo da energia eólica. O custo dos equipamentos e os baixos preços dos outros tipos de energia são os motivos apontados para os altos valores da matriz eólica.

No 2º Fórum Capixaba de Energia, em Vitória, o secretário de planejamento energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura, afirmou que o preço da energia eólica -em torno de R\$ 260 MW/hora, pagos pelo Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) — deve ficar abaixo de R\$ 200 no leilão de novembro, que já conta com 135 empresas cadastradas, segundo a EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

No leilão, as companhias que oferecerem o preço mais baixo por MW/hora são contratadas pelo governo federal para entregar energia a partir de 2012. ‘Se os preços chegarem a R\$ 150, R\$ 160 o MW/hora, os brasileiros vão ter uma energia quase sem emissão de CO2 e de baixo custo’, disse Ventura. Segundo o secretário, o preço da energia produzida em hidrelétricas é de em média R\$ 134,67 por MW/hora e já chegou, em leilões, a R\$ 70 MW/h.

Atualmente, a potência instalada de energia eólica no Brasil é de 414 MW, sendo 60% no Rio Grande do Sul e no Ceará, os maiores geradores. A expectativa é que em 2010 haja 1.400 MW instalados. As empresas que vencerem o leilão devem aumentar o potencial em mais 4.000 MW a partir de 2012.

Para Ventura, como o Brasil tem outras opções de energia renováveis, como a matriz hidráulica, os empresários não aceitam qualquer preço. ‘É muito diferente de uma Alemanha e de uma Espanha, que não têm alternativa’, afirmou.

‘O leilão vai sinalizar os preços, e isso é uma condição para a eólica entrar no mercado’, disse José Carlos Miranda, diretor de estudos de energia elétrica da EPE.

Se comparada com as hidrelétricas, as eólicas apresentam menor impacto ambiental. Não há alagamento áreas nem perda de terras produtivas.

Energia Eólica

Vale pode ser majoritária na siderúrgica do Pecém

O Povo Online – Fortaleza / CE – 20/06/2009

As sócias da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Companhia Vale e pela Dongkuk, negociam os novos percentuais de participação no empreendimento

Após a assinatura do Memorando de Entendimento para a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), as responsáveis pelo empreendimento, Companhia Vale e a coreana Dongkuk, negociam a nova composição societária. A Vale, que começou com 20% de participação, pode, inclusive, ser majoritária do projeto, conforme afirmou o presidente da Agência do Desenvolvimento do Nordeste, Antonio Balhmann.

‘O desenho societário original era de 20% para a Vale. Mas o Governo Federal definiu, ano passado, que a Vale fosse a âncora brasileira para atrair empresas e compor projetos siderúrgicos no Brasil’, afirmou. Com a definição do Governo Federal, a mineradora tem a necessidade de exercer uma influência maior na participação da CSP, um dos grandes empreendimentos de produção de placas de aço no País, explicou.

O novo percentual negociado entre as partes fica de 40% a 60% para a Vale. O rearranjo societário, influenciado pela solicitação do Governo, ‘não compromete a participação da Vale no projeto, nem para esse nem nos outros da empresa’, afirmou o presidente da Adece.



O custo dos equipamentos e os baixos preços da energia hidráulica tornam cara a matriz eólica (Foto: Eduardo Queiroz)

"O governo não tem participação direta na Vale, mas tem peso institucional. Além disso, a mineradora tem recursos aplicados em investimentos de bancos públicos", comentou.

Em comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Vale informou ontem que a parcela que lhe compete como acionista da CSP ainda não foi definida. Conforme o comunicado, a definição depende da aprovação do Conselho de Administração.

Energia Eólica

Até o final da próxima semana, será publicada uma portaria que apresenta adequações nas regras do leilão de energia eólica, marcado para 25 de dezembro. O documento foi discutido e acertado no Fórum Nacional Eólico Carta dos Ventos, encerrado ontem em Natal (RN).

Balhmann informou que forma mudanças os parâmetros para limite da potência dos geradores importados sem impostos (de 2,3 MW para 1,5 MW); torres de medição dos ventos (de 50 m para 30 m e a distância das torres de medição para os parques eólicos (de 8 km para 16 km).

Energia Eólica

Minc defende incentivo à energia eólica

Carlos Rangel – Portal Terra – 19/06/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, quer ampliar a geração de energia eólica no País. Durante o Fórum Nacional Eólico, que termina neste sábado, disse que "o Brasil não pode continuar na contramão da tendência mundial", referindo-se à ampliação da geração de energia por usinas térmicas. Segundo ele, o Brasil tem um papel determinante na Convenção do Clima de Copenhague (COP-15), em dezembro, e tem de mostrar que está investindo em energia limpa, informa Paulenir Constâncio, da assessoria do ministério.

O ministro assinou a Carta dos Ventos com dez secretários de Estados e todos os representantes brasileiros do setor. O documento aponta para a busca de consenso sobre a necessidade de maior participação da energia limpa eólica na matriz energética brasileira. Segundo o ministro, o leilão para a entrada de 1000 MW de origem eólica no sistema ainda é pouco. "Temos de fazer leilão de pelo menos 3 mil por ano", disse.

Minc disse que o Ministério do Meio Ambiente planeja simplificar o licenciamento. Já está no Conama resolução que fará com que as usinas térmicas adotem medidas mitigatórias, assumindo o custo ambiental de suas emissões, o que tornará os parques eólicos mais competitivos, além de incentivar a integração da geração eólica ao sistema de distribuição das demais fontes. A importação, um dos entraves da ampliação do setor, terá IPI reduzido, segundo entendimentos que vem sendo mantidos com a área econômica do governo, além de reduzir os índices de nacionalização do setor, atualmente em 70%.

"O Brasil é a terra dos ventos" e precisa investir bem mais na energia limpa e não nas térmicas, que lançam toneladas de CO2 na atmosfera. Para ele, o Nordeste tem vocação natural para esse tipo de energia e poderá receber a instalação dos chamados parques offshore, na plataforma marítima, que tem baixo impacto.

Energia Eólica

Portaria restritiva terá reajuste

Egídio Serpa – Diário do Nordeste – Fortaleza / CE – 19/06/2009

O Ministério de Minas e Energia tranqüilizou os empresários brasileiros do setor de energia eólica, aos quais transmitiu ontem à noite a informação de que a Portaria Ministerial 211 - que estabeleceu restrições aos investimentos na área - deverá sofrer 'possível reajuste'. Falando em nome do ministro Edison Lobão para os participantes do Fórum Nacional Eólico Carta dos Ventos, que se realiza nesta capital, o diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético do MME, Hamilton Moss de Souza, revelou que, até o fim da próxima semana, o texto da Portaria poderá ser 'readequado às sugestões colhidas da sociedade'.

Moss assegurou que a energia eólica tem recebido e continuará recebendo atenção especial do ministro Edison Lobão e de sua equipe, considerando 'uma lenda' a informação de que o ministro só privilegia a

geração de energia térmica. Ele também garantiu que ‘não haverá reserva de mercado na área de energia eólica’, como temeram os empresários diante das restrições da Portaria 211. Moss disse que o leilão marcado para 29 de novembro ‘terá de ser competitivo’ e para isso estão empenhados o Ministério e a Empresa de Planejamento Energético.

Indagado se as empresas nacionais e estrangeiras que desejam investir na geração eólica no Brasil devem manter seus planos de investimento, Moss respondeu: ‘Claro sim!’.

Marco regulatório

O deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) revelou ontem ao Diário do Nordeste que, até o próximo dia 17 de julho, a Comissão Especial de Energias Renováveis da Câmara dos Deputados, presidida por ele, aprovará o relatório do deputado Fernando Ferro (PT-PE), estabelecendo o marco regulatório para investimentos privados em projetos de geração de energias renováveis, entre os quais a eólica.

Segundo Loures, o relatório do seu colega pernambucano propõe o estabelecimento de políticas públicas definidas para o setor e a criação de um Centro Nacional de Controle de Energias Renováveis.

‘Pretendemos que o Brasil seja não só um utilizador, mas produtor de energia renovável pela inovação tecnológica, assim como aconteceu no início do Proálcool’, disse o deputado. O relatório também sugerirá a criação de um Fundo que financiará pesquisas e programas de fomento e apoio à matriz renovável e, ainda, incentivará, ‘de modo concreto’, a produção, no Brasil, de máquinas e equipamentos, ‘permitindo a geração de renda, a criação de emprego e, principalmente, a apropriação da expertise.

MINC AFIRMA:

Fórum Nacional Eólico é ‘reunião política’

Natal. Como o Diário do Nordeste antecipara, o Fórum Nacional Eólico Carta dos Ventos, ‘é uma reunião política’, definiu seu organizador e secretário de Energia do Rio Grande do Norte, Jean-Paul Prates, e repetiu o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que falaram na cerimônia que abriu o encontro ontem, no hotel Serhs, nesta capital. Ambos foram aplaudidos pelo auditório cheio de autoridades dos estados e de empresários e executivos de grandes empresas nacionais e estrangeiras — entre outros, há espanhóis, portugueses, norte-americanos, coreanos e alemães.

Nem o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, nem o presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Maurício Tomalsquim, participaram da abertura do Fórum. Nem mandaram representante. Mas está prevista para hoje a presença de Tomalsquim, que responderá às críticas feitas ontem, durante todo o dia, às últimas medidas do Governo Federal na área eólica.

Portaria Ministerial

Os ventos que movem a energia eólica no Brasil ‘são bons, mas, infelizmente, ao contrário do que parece à primeira vista, não é só de bons ventos que vive o setor eólico no mundo’, disse Jean Paul Prates. Sem citar a recente Portaria Ministerial 211, do Ministério de Minas e Energia (MME), que impôs severas restrições aos investimentos em energia eólica no Brasil, o secretário potiguar afirmou:

‘(A energia eólica) precisa ser acalentada nos braços políticos dos incentivos governamentais para ganhar visibilidade inaugural e independência e sustentabilidade de longo prazo. Precisa de diretrizes claras, de política setorial consistente e marco regulatório objetivo, que dêem sinais de futuro, de confiança, de certeza ao investidor, aos operadores, aos fornecedores de equipamentos, aos prestadores de serviço, aos trabalhadores. Isto quem dá — gostem alguns ou não — é o Governo’.

A Portaria Ministerial fixou em no máximo 2 MW a potência dos aerogeradores fabricados no Brasil, favorecendo as duas únicas fábricas instaladas no País, ambas estrangeiras, criando assim uma reserva de mercado, e ainda taxou em 14% o Imposto de Importação incidente sobre máquinas e equipamentos de geração eólica feitos no exterior.

Política Governamental

Governo pode isentar de IPI compra de equipamentos

Tribuna do Norte – Natal / RN – 19/06/2009

O Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, disse ontem em Natal, na abertura do Fórum sobre Energia Eólica, que até o final deste mês terá “uma boa notícia” a dar ao segmento das energias renováveis.

Embora não tenha fornecido mais pistas, deu a entender que a notícia poderia ser a isenção de IPI na aquisição de equipamentos de energia solar. "Hoje, um equipamento de energia solar paga 18% de IPI e um chuveiro elétrico paga 0%. Tem alguma coisa errada nisso", disse o Ministro.

Ele passou a noite na cidade e não dispensou um banho de mar antes de comparecer à abertura do evento, às 10h30m, num hotel da Via Costeira. Carlos Minc definiu o Fórum sobre energia eólica como um momento de virada para o setor, que realiza seu primeiro leilão em 25 de novembro.

Ontem, o Ministro Carlos Minc disse que é urgente se encontrar maneiras de baratear o custo de instalação de parques eólicos para estimular os investidores a se engajarem em projetos. Sobre o leilão para a instalação de 1 mega, marcada para o fim do ano, afirmou: "É pouco para um país que deve ter leilões para a oferta de três vezes mais do que isso por ano".

Indagado pelos jornalistas se tem conversado com o ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, sobre o assunto, Carlos Minc ironizou: "Temos conversado muito sobre aprovação de termoeletricas movidas a óleo e gás".

Hoje, o evento terá um momento mais reservado quando representantes do governo e iniciativa privada debaterão a portas fechadas gargalos ligados à implantação de um parque eólico no Brasil.

O secretário de Energia do Estado, Jean Paul Prates, disse que a reunião será fechada justamente para permitir maior liberdade de expressão por parte dos interlocutores. Esse apêndice ao fórum acontece ainda pela manhã. Paralelamente, haverá um workshop no qual será apresentado um passo a passo para a implementação de projetos de energia eólica destinado ao público em geral, investidores e estudiosos do assunto.

Ao contrário do que acontece na maioria dos eventos, a carta final do encontro foi divulgada no início dos trabalhos. A Carta dos Ventos enumerou 10 pontos considerados cruciais para a transformação do Brasil numa potência eólica.

Energia Eólica

Energia: é preciso números mais realistas

Agência Estado – 19/06/2009

"O governo não deve colocar toda a culpa no ambiental para justificar entraves na produção energética, sob pena de provocar uma radicalização maior por parte dos ambientalistas. Por outro lado, os números sobre a matriz energética brasileira devem ser retrabalhados e refletir um cenário realista". Foi dessa maneira que José Goldemberg, físico da Universidade de São Paulo, esquentou a plenária da manhã do terceiro dia da Conferência Ethos.

Goldemberg se referiu à dança dos números apresentados tanto de um lado quanto de outro. "As partes, governo e entidades ambientais, devem chegar a um consenso, do contrário não haverá diálogo e entendimento possível sobre os caminhos do investimento em energia no País". O professor moderou a mesa que discutiu as "Oportunidades geradas pela busca de uma matriz energética sustentável".

Participaram do debate um representante governamental, Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia; uma entidade não governamental, na figura de Marcelo Furtado, diretor executivo do Greenpeace Brasil; e um empresário, o diretor geral da IMPSA, empresa de negócios em energia eólica, Luis Pescarmona. (Agência Envolverde)

Investimentos

Multiner investe no maior parque eólico do país

Portal Fator Brasil – 19/06/2009

A Multiner, empreendedora do maior parque eólico do país (Alegria), é patrocinadora do Fórum Nacional Eólico - uma iniciativa do Fórum Nacional de Secretários de Estados para Assuntos de Energia - que será realizado entre os dias 18 e 19 de junho em Natal (RN). O evento reunirá especialistas, autoridades e empresas para debater o tema. Ainda durante o encontro será assinada a Carta dos Ventos, um importante documento que determina o incentivo à exploração energética eólica no país. Entre os

participantes convidados, destacam-se a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Empresa nacional do setor de geração de energia elétrica, a Multiner está adquirindo da dinamarquesa Vestas – líder mundial na fabricação de aerogeradores – 92 turbinas eólicas para as Usinas de Energia Eólica Alegria I e Alegria II, no município de Guamaré, RN. A escolha da localização das usinas é extremamente estratégica, uma vez que a região tem um dos melhores regimes de ventos do País, com média anual que excede 8,5 metros/segundo.

O complexo eólico de Alegria terá capacidade de 151,8 MW e iniciará sua operação em 2010. A energia produzida pelo parque eólico será suficiente para abastecer 194 mil residências e evitará a emissão de cerca de 115 mil toneladas de CO₂ na atmosfera.

Os ventos representam uma excelente alternativa para a produção de energia elétrica, sendo uma fonte disponível e renovável. A geração de origem eólica produz impacto ambiental quase nulo, sendo um importante complemento à geração de energia de origem hidráulica – extremamente dependente do regime de chuvas do País.

No mundo, o setor de energia eólica teve receitas da ordem de 40 bilhões de euros em 2008 e espera-se que a geração de energia elétrica a partir dos ventos cresça a uma taxa de 25% ao ano nos próximos dois anos.

O Brasil tem um dos melhores potenciais para produção de energia eólica, alcançando 143.000 MW. Atualmente, o total de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica soma pouco mais de 400 MW. Mas a expectativa é que o setor de geração de energia elétrica utilizando vento deva ganhar impulso com estímulos e incentivos dos principais órgãos governamentais. Destaca-se que, em novembro próximo, será realizado no País o primeiro leilão de compra e venda de energia elétrica específico para empreendimentos de fonte eólica. Um marco para setor e um grande passo para a geração de energia elétrica a partir dos ventos.

Quem é a Multiner - A Multiner S.A. é uma empresa brasileira de capital nacional de geração de energia elétrica, que busca os mais elevados padrões de eficiência operacional, transparência e responsabilidade socioambiental.

A empresa avalia seu portfólio de geração de energia elétrica como um dos mais relevantes do Brasil, considerando sua futura capacidade instalada estimada em 5,7 GW, matriz energética e diversificação geográfica.

O parque gerador da Multiner envolve o desenvolvimento, montagem e operação de usinas hidrelétricas, termelétricas (a óleo, gás e biomassa) e eólicas no País.

A Multiner possui uma termelétrica em operação, em Manaus (AM): a UTE Cristiano Rocha – operada pela Rio Amazonas Energia S.A., com capacidade de 85 MW e plano de expansão para 135 MW. Em operação desde novembro de 2006, a UTE Cristiano Rocha gera energia de forma continuada para a distribuidora de energia elétrica local: a Amazonas Energia, fornecendo energia elétrica para mais de 200 mil habitantes.

Através de sua controlada New Energy Options, a Multiner construirá e operará as Usinas de Energia Eólica Alegria I e Alegria II, em Guamaré, RN. Com capacidade total de 151,8 MW, Alegria será o maior parque eólico instalado no País e situa-se numa região com ventos de excelente qualidade, previamente aferidos.

Atualmente, o portfólio da Multiner de energia contratada - representado por usinas já em funcionamento e com contratos de venda (PPAs) já garantidos - atinge a capacidade total de 1,5 GW.

Equipamentos

Camex inclui três itens na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum

Export News – 18/06/2009

Os ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiram hoje (18/6), em reunião realizada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), incluir três novos produtos na Lista

de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC). Com a ampliação, a lista contemplará 87 itens em sua composição. Além disso, o Conselho aprovou a renovação de quatro códigos utilizados no setor siderúrgico e um de locomotiva pelo mecanismo de Ex-tarifários para Bens de Capital. As decisões serão divulgadas por meio de Resoluções Camex, que serão publicadas nos próximos dias no Diário Oficial da União (DOU).

Foram adicionados à Lista de Exceções à TEC os seguintes produtos: preservativos femininos (NCM 4014.10.00), com redução de 14% para 0%; aerogeradores eólicos (NCM 8502.31.00), com aumento de 0% para 14%; e, reboque em aço estrutural de alta resistência – equipamento para transporte de cargas especiais de elevado peso (NCM 8716.40.00), que teve recuo de 35% para 0%. A nova revisão da Lista Brasileira de Exceções à TEC será realizada em julho deste mês.

Política Governamental

Compromisso para energia eólica

Portal Energia Hoje – 18/06/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, e o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, Julio Bueno, assinaram quinta-feira (18/6) em Natal a Carta dos Ventos.

Com o documento, as autoridades assumem o compromisso para formulação e implementação de ações e políticas públicas voltadas para incentivar a exploração do potencial eólico nacional como fonte energética. Estima-se que o potencial do país seja de 143.000 MW.

Abaixo os compromissos firmados no documento:

- I. Promover a articulação institucional e a integração entre as diferentes instâncias do Governo Federal e dos Governos Estaduais quando da formatação de planos, projetos e programas de energia eólica;
- II. Definir calendário anual para a realização de leilões exclusivos de energia eólica, incluindo metas anuais de expansão dessa fonte energética, com tarifas adequadas às características da geração eólica;
- III. Estabelecer marco regulatório específico ao setor de energia eólica;
- IV. Desenvolver a infra-estrutura em regiões de potencial eólico reconhecido;
- V. Criar programas de incentivos financeiros, fiscais e tributários que atendam a cadeia produtiva do mercado eólico, desde o fornecimento dos equipamentos, construção dos empreendimentos, até a venda da energia elétrica;
- VI. Estabelecer metodologias padronizadas de coleta, sistematização e armazenamento de dados sobre o potencial eólico a nível nacional, regional e local;
- VII. Definir diretrizes sobre o processo de licenciamento ambiental adequadas às particularidades dos empreendimentos eólicos;
- VIII. Desenvolver o mercado fornecedor nacional de equipamentos e serviços para a cadeia eólica, incluindo a atração de investidores internacionais para favorecer a transferência de tecnologia;
- IX. Fomentar programas de capacitação e formação de recursos humanos para atuar em todas as etapas da cadeia produtiva de aerogeradores;
- X. Criar programas de P&D que assegurem o domínio da tecnologia eólica e coloquem o país em posição de destaque no cenário mundial;
- XI. Implantar, gradualmente, exigências quanto ao índice de nacionalização dos equipamentos, de sorte a permitir a viabilização dos empreendimentos eólicos.

Empresa

Ninguém quis sair da Tractebel

N. Priori – Monitor Mercantil Digital – 18/06/2009

Terminou o prazo para a manifestação de dissidência dos acionistas da Tractebel Energia que, através da subsidiária Tractebel Energia Complementares Participações Ltda., incorporou as seguintes empresas: Hidropower Energia, Tupan Energia Elétrica, Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal, Hidrelétrica Areia Branca e Econergy Brasil Serviços Corporativos. Nenhum minoritário quis se retirar da sociedade, por uma razão muito simples: o valor de mercado das ações é 3,46 vezes maior que o valor patrimonial da empresa. Com isso, a Tractebel continua com a participação de 6.857 acionistas minoritários e 480 investidores institucionais.

Energia Eólica

Secretários de Estados de Energia assinam carta para promover energia eólica no país

Ramona Ordoñez – O Globo – Rio de Janeiro / RJ – 18/06/2009

Os secretários estaduais de Energia decidiram unir forças para promover o desenvolvimento da energia eólica no Brasil. Durante a realização do Fórum Nacional Eólico, no Rio Grande do Norte, o Ministério do Meio Ambiente, junto com o governo do Rio Grande do Norte e o Fórum Nacional de Secretários de Estado Para Assuntos de Energia, assinaram a Carta dos Ventos. Na carta, o grupo lista uma série de ações para a promoção do desenvolvimento da indústria de energia dos ventos.

Dentre as várias propostas está a de criar programas de incentivos financeiros, fiscais e tributários que atendam à cadeia produtiva do mercado eólico, desde o fornecimento dos equipamentos, construção dos empreendimentos, até a venda da energia elétrica. Segundo técnicos que participaram do encontro, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, já teria prometido redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para o setor.

Na Carta dos Ventos, os secretários também se comprometem a promover a articulação institucional e a integração entre as diferentes instâncias do Governo Federal e dos Governos Estaduais, e buscar definir a definição de um calendário anual de leilões exclusivos de energia eólica. Em novembro próximo, o governo federal vai realizar o primeiro leilão de energia eólica.

A definição de um marco regulatório para o setor foi também um dos pontos destacados na carta, além do desenvolvimento a infraestrutura em regiões de potencial eólico reconhecido. Foi destacada também a necessidade de se definir diretrizes sobre o processo de licenciamento ambiental adequadas às particularidades dos empreendimentos eólicos

Na carta, os secretários destacam que é preciso desenvolver o mercado fornecedor nacional de equipamentos e serviços para a cadeia eólica